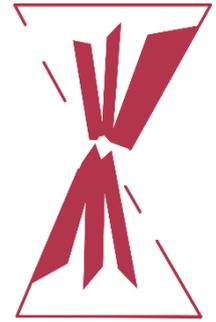


## A História Pública e seus quatro pilares em perspectivas aos novos historiadores: *combates e narrativas sobre o profissionalismo e a prática de se fazer história*

**Public History and its four pillars in perspectives for new historians: *struggles and narratives about professionalism and the practice of making history***



SILVA, Daniel Ferreira da\*

 <https://orcid.org/0000-0003-1255-6105>

**RESUMO:** Este artigo discute o papel do historiador na interseção entre História Pública e História Digital. A História Pública envolve o diálogo com o público fora do ambiente acadêmico, enquanto a História Digital usa ferramentas tecnológicas para ampliar o acesso e a divulgação de conteúdos históricos. Essa combinação foi alterada à maneira como o passado é narrado e consumido, impondo novos desafios aos historiadores, especialmente no combate às narrativas distorcidas. Com o uso crescente de plataformas digitais, debates históricos antes restritos à academia se tornaram públicos, permitindo maior participação popular, mas também levantando preocupações sobre a qualidade das informações e a autoridade do historiador. A reflexão se organiza em torno de quatro pilares essenciais: disputas narrativas, divulgação, esferas públicas e profissionalismo, que, embora interligadas, apresentam características próprias que precisam ser analisadas separadamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Pública; Divulgação da História; Combates e Narrativas; Esferas públicas; Historiadores.

**ABSTRACT:** This article discusses the role of the historian at the intersection of Public History and Digital History. Public History involves dialogue with the public outside the academic environment, while Digital History uses technological tools to expand access and dissemination of historical content. This combination has changed the way the past is narrated and consumed, posing new challenges to historians, especially in combating distorted narratives. With the increasing use of digital platforms, historical debates previously restricted to academia have become public, allowing greater popular participation, but also raising concerns about the quality of information and the authority of the historian. The reflection is organized around four essential pillars: narrative disputes, dissemination, public spheres and professionalism, which, although interconnected, have their own characteristics that need to be analyzed separately.

**KEYWORDS:** Public History; Dissemination of History; Combats and Narratives; Public spheres; Historians.

---

\* Mestrando em História Pública pela UNESPAR, com especialização em Ciências Humanas aplicadas ao mundo do trabalho (UFPI), com graduação em História pela UFTM. Professor de História na rede estadual de ensino do Paraná e no Colégio Conexão, Campo Mourão. Atuou como bolsista técnico do Laboratório de Ensino de História da UNESPAR, pesquisando Ensino de História, produtos históricos digitais, divulgação e formação de professores. Contato: danielfsilva22@gmail.com.



## **Introdução**

A História Pública se diferencia das outras vertentes historiográficas por seu foco no público. Este movimento de diversos públicos interessados em compartilhar suas percepções sobre a História evidencia que o conhecimento histórico não está mais exclusivamente nas mãos do historiador. Nesta perspectiva, o historiador não detém o monopólio do conhecimento histórico (Escosteguy Filho, 2019, p. 44-48). Ele está inserido em uma sociedade, grupo ou local que possuem suas próprias concepções e interpretações do passado (Fagundes, 2021, p. 42). Ele reconhece que os indivíduos desta sociedade podem contribuir para o diálogo em torno da História (Bovo; Pinheiro, 2019, p. 118). Atualmente, o historiador desempenha uma série de papéis, como professor, museólogo, arquivista e patrimonialista (Dumoulin, 2017, p. 85). Ele questiona e examina as controvérsias presentes em nossa sociedade. Neste sentido Peter Burke (2000), afirmava, a História tem o papel de “[...] lembrar à sociedade o que ela deseja esquecer”. Assim, os profissionais da área reformulam o significado de suas carreiras, trazendo uma nova perspectiva em consonância com a sociedade contemporânea.

## **O Público**

Ao pensar nas perspectivas estratégicas em relação à questão do público, é importante considerar parâmetros de plateia. Em outras palavras, inicialmente, vemos o público como indivíduos ou grupos que absorvem as informações compartilhadas em um espaço comum de apresentações. Neste viés, podemos tomar o teatro como exemplo, onde o acesso à informação, a troca de experiências e as apresentações são direcionadas ao público que está presente para consumir esse tipo de material. Certamente podemos explorar a perspectiva da História Pública, especialmente ao discutir a distinção entre o público e seu sentido conceitual. Jill Liddington (2011), oferece *insights* valiosos sobre esse tema. Ao analisar a História Pública, podemos entender como as noções de público evoluíram ao longo do tempo e como foram influenciadas por diferentes contextos sociais, políticos e culturais. Isso nos permite compreender melhor como as sociedades percebem e interagem com o conceito de público, desde os tempos antigos até os dias atuais. Essa

abordagem histórica amplia nossa compreensão sobre a complexidade e a fluidez do conceito de público e sua relevância em diferentes épocas e culturas:

A palavra “público”, talvez, seja ainda mais perigosa. Se pensarmos rapidamente em todos os seus usos como adjetivo, as complicações ficam evidentes: “relações-públicas” e publicidade, mas também a “opinião pública”, “interesse público”, “serviço público”, e também o Public Works Administration, de Roosevelt. De fato, os norte-americanos envolvem a palavra “público” de significados especiais, que nascem de um ideal de cidadania incorporado em sua Constituição e em sua Carta de Direitos. [...] Será que poderíamos voltar aos teóricos culturais em busca de uma ajuda? Em *Keywords*, Raymond Williams deu mais atenção às “massas” do que ao “público” (1976, p. 192–197); os historiadores de gênero escreveram longamente sobre a “esfera pública” masculina e a “esfera privada” feminina — mas com foco no debate sobre a “separação das esferas”, e não na História Pública (Liddington, 2011, p. 43–44).

Nesse contexto, o conceito de público pode ser compreendido de várias maneiras e perspectivas. Sob essa ótica, abordaremos o conceito de público na filosofia. É interessante explorar como diferentes abordagens filosóficas enxergam o conceito de público. Por exemplo, na tradição aristotélica, o público é visto como parte integrante da experiência teatral, desempenhando um papel crucial na catarse e na recepção da obra. Guy Debord (1991), nos elucidava sobre a questão do espetáculo, e podemos entender que público também é um agente de reflexão neste contexto, ao afirmar que:

A sociedade do espetáculo é, pelo contrário, uma formulação que escolhe o seu próprio conteúdo técnico. O espetáculo, considerado sob o aspecto restrito dos «meios de comunicação de massa» — sua manifestação superficial mais esmagadora — que aparentemente invade a sociedade como simples instrumentação, está longe da neutralidade, é a instrumentação mais conveniente ao seu auto movimento total. [...] A sociologia, que julga poder extrair do conjunto da vida social uma racionalidade industrial funcionando à parte, apenas extrai do movimento industrial global as técnicas de reprodução e transmissão. Assim, Boorstin toma como causa dos resultados que descreve, o encontro infeliz, quase fortuito, do gigantesco aparelho técnico de difusão de imagens e da gigantesca propensão dos homens da nossa época ao pseudo-sensacional. Assim, o espetáculo surge devido ao fato do homem moderno ser demasiado espectador (Debord, 1991, p. 16, 127).

Desta maneira, a plateia (espectador) nomeada é portando um produto da sociedade que vive, sendo o espetáculo a resposta e crítica da necessidade de seu tempo. Dessa forma, o “público” é entendido como o ouvinte, o telespectador, ou público externo, ele consome

os produtos de seu tempo, a fim de justificar as demandas existentes da sua era. Mas precisamos evidenciar e elencar que é no espaço público, que lidamos com as perspectivas contemporâneas e elas nos fazem refletir que o espectador não é um agente passivo do processo, pois, ele interage e impulsiona a ressignificação de como as coisas devem ocorrer.

Já na sociologia contemporânea, autores como Jürgen Habermas (1962) destacam a importância da esfera pública como um espaço de debate e formação de opinião. Ao considerar essas perspectivas, podemos aprofundar nossa compreensão sobre o papel e a natureza do público em diferentes contextos. A filósofa Hannah Arendt (1983) apresenta singularmente o conceito de público, concebendo uma análise de duas esferas. A primeira delas, que podemos chamar de “aparência”, é entendida como a permissão da união das Histórias privadas, possibilitando uma convergência entre as pessoas. Neste contexto, a sociedade encontra no que é comum o significado do público - convicções, ideias, valores e conhecimentos privados que, ao serem compartilhados, permitem a compactação daqueles que possuem fundamentos similares. A segunda esfera apresentada é a “política”. Esta, por sua vez, é a continuação, em âmbito de interesses, dessas massas que compactam entre si para o bem social.

Podemos também enxergar o conceito de público de forma diferente quando o associamos não apenas à ideia de audiências passivas ao longo da História, como afirma Jurandir Malerba (2017). Dessa forma, analisamos a História e a questão do público, ou de seus grandes públicos, por diversas abordagens, que remetem à filosofia, como já mencionamos, à sociologia, como Habermas, quando entende a questão do consumo e das esferas públicas desse consumo. Compartilhamos também a ideia relevante de Ana Rosas Montecón (2009), a antropóloga que publicou um texto sobre o público, questionando o que é este público a partir de observações sócio-históricas. Podemos deduzir, então, que o público se trata de uma posição em um contrato cultural, assumindo mobilidades que variam historicamente, pois são produtos de uma negociação desigual que estabelece, assim, pactos de consumo. Esses pactos vão se transformando nas relações sociais e culturais, num processo que ultrapassa o campo da cultura, da sociedade e da política (Montecón, 2009, p. 179).

O papel do público, conforme promulgado pela pesquisadora, nos convida a dialogar para além das esferas mencionadas da filosofia, com Hannah Arendt (1983), e da sociologia, com Jürgen Habermas, abrindo espaço para outras percepções, como as apresentadas pelo

pesquisador da comunicação, Guillermo Orozco Gómez (2009), e pelo sociólogo francês, Dominique Wolton (1997). Cada um desses estudiosos trabalha com noções próprias de público, audiência e outros aspectos relacionados ao contato direto com as dinâmicas da vida social. No entanto, destacamos a abordagem da antropóloga, pois sua noção de público está em consonância com a ideia de que este é um produto dos aspectos socioculturais em constante mobilidade e intercruzamento, conforme as transformações da sociedade. Essa perspectiva amplia nossa compreensão sobre a complexidade do público e sua relação com os contextos socioculturais em que está inserido. Concluímos que a concepção de público é multifacetada e dinâmica, sendo influenciada por diversas disciplinas e contextos históricos. Entendemos o público como algo que vai além das análises filosóficas e sociológicas, embora reconheçamos a importância dessas disciplinas em nosso entendimento. Nesse sentido, o público é resultado das ações e dos contextos humanos ao longo do tempo, conforme compreendido, a História é o estudo do homem no tempo<sup>1</sup>, no espaço e na experiência<sup>2</sup>. O tempo reflete as escolhas, em eventos humanos, moldando assim a noção de público como uma expressão das dinâmicas sociopolíticas e culturais do presente, incluindo os avanços da era da informação, isso nos leva a refletir sobre os debates e discussões sobre visibilidade e audiências que permeiam a História, seja em meios convencionais ou não.

Nessa perspectiva, trazemos esse sentido de público nos comprometemos neste trabalho à ressignificar os quatro pilares da História Pública para os novos historiadores de um novo tempo, algo apresentado de forma dinâmica, trazendo para o debate a teoria de uma prática comum no âmbito público. Considerando as palavras de Ricardo Santhiago (2016), podemos ampliar nossa compreensão sobre esses prismas. atentamos pontualmente para os tópicos a seguir.

### **Combates e Narrativas**

Entende-se que ao assegurarmos os combates e as narrativas na História Pública, reforçamos a ideia de que sempre estamos tendo que nos reafirmar como profissionais e ainda tentar promover um diálogo na História, seja como disciplina, seja como entretenimento. Ao nos debruçarmos nas redes sociais, presenciamos ataques constantes sobre quem tenta produzir material qualitativo para compartilhamento de informações

---

1 Marc Bloch afirma que a história é a ciência do homem no tempo (Bloch, 2001).

2 E. P. Thompson ressalta o adendo do espaço e da experiência (Thompson, 1987).

históricas nas redes (Bartz *et al.*, 2022, p. 27-46). Muito embora, falhamos miseravelmente por não dominarmos as linguagens e não entendermos qual é nosso público.

Helena Ragusa Granado (2022) em seu texto, indica suas compreensões sobre o canal do Nando Moura, e pontua de forma cirúrgica todos os atentados ao profissionalismo do historiador professor neste ambiente, disfarçado para ludibriar jovens a acreditarem que seu professor é um antagonista do aprendizado “verdadeiramente correto”. Esses tipos de canais são constantes nas redes na famigerada *web*, o livro recém-publicado de José D’Assunção Barros (2022) possui um capítulo muito pertinente a esse debate, no qual promove uma análise sobre diversos canais. Podemos, antes de prosseguir aqui, apontar o que Claudia Regina Bovo e Marcos Sorrilha Pinheiro (2022) ressaltaram que:

Em recente pesquisa realizada pela Google sobre o uso de sua plataforma de streamings de vídeos, o YouTube, quando questionados sobre quem são as pessoas que mais influenciam suas opiniões, nenhum dos usuários da rede social mencionou a figura do docente ou de instituições de ensino (Bovo; Pinheiro, 2019, p. 144).

Portanto, ao nos depararmos com capítulos como *Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube* do historiador Odir Fontoura (2022), não é de se estranhar que os canais mais acessados e comentados na plataforma sejam como o Nostalgia, do influenciador digital Felipe Castanhari, o Buenas Ideias, do jornalista Eduardo Bueno, e o canal do Pirula, do *youtuber* e biólogo Pirula. Dentre os historiadores mais cotados, estão presentes Deborah Aladim, com canal de mesmo nome, e Icles Rodrigues, do Leitura ObrigaHistória. Contudo, que não poderiam faltar os canais de conspiração, que, como apontado por Granado (2022), têm o objetivo de “desmontar o seu professor comunistinha, socialista, pé sujo, maconheiro da escola ou da sua faculdade com fatos, com realidade, com aquilo que aconteceu de verdade” (Granado, 2022, p. 71). Fontoura, em seu texto, pontua sobre “A História que os professores não contam”, apresentando o caso do fenômeno da direita brasileira negacionista e revisionista no canal chamado Brasil Paralelo (Fontoura, 2022, p. 158-178). É interessante observar como às vezes somos um tanto prepotentes ao afirmarmos que estamos em “combate”. No entanto, é importante ressaltar que os “combates” aos quais nos referimos neste trabalho não se limitam apenas à plataforma da internet ou aos meios virtuais. Eles fazem parte do nosso papel social como historiadores em

uma sociedade em constante evolução, que demanda cada vez mais que os novos profissionais da História se atualizem e se reinventem. Não somos mais apenas educadores destinados a dar aulas; é utópico pensar que estamos formando profissionais da História apenas para atuar dentro da academia. Reconhecemos que somos capacitados em todos os aspectos e, como tal, precisamos assumir uma posição ética e profissional ao reconhecer nosso papel no mundo.

Para complementar, o filósofo Byung Chul-Han reforça em seu livro *No Enxame: Perspectivas do Digital* (2018) que não há espaço para a esfera pública no digital (a esfera pública como campo de diálogo e interações de ideias compartilhadas para se chegar a um consenso em comum), como reitera da seguinte forma:

O respeito é o alicerce da esfera pública. Onde ele desaparece, ela desmorona. A decadência da esfera pública e a crescente ausência de respeito se condicionam reciprocamente. A esfera pública pressupõe, entre outras coisas, um não olhar para a vida privada. A tomada de distância é constitutiva para o espaço público. Hoje, em contrapartida, domina uma falta total de distância, na qual a intimidade é exposta publicamente e o privado se torna público. Sem afastamento não é possível também nenhum bom comportamento. Também o entendimento pressupõe um olhar distanciado. A comunicação digital desconstrói a distância de modo generalizado. A desconstrução da distância espacial acompanha a erosão da distância mental. As massas, que anteriormente conseguiam se organizar em partidos e que eram animadas por uma ideologia, deterioram-se agora em enxames de unos barulhentos, ou seja, em Hikikomoris digitais para si isolados, que não formam nenhuma esfera pública e que não participam de nenhum discurso público. Ao sistema autorreferencial se contrapõem os indivíduos para si isolados, que não agem politicamente. O Nós político, que seria capaz da ação em sentido enfático, desmancha-se. Que tipo de política, que tipo de democracia seria pensável hoje, haja vista a esfera pública em desvanecimento, haja vista a egoificação e a narcisificação crescentes do ser humano? (Han, 2018, p. 20).

Desta maneira, Han atenta de forma crítica para uma decadência da esfera pública, ou seja, para o declínio da participação do público no ambiente digital, de forma massiva e polarizada, onde podemos observar uma atitude inquisidora. Essa dinâmica também pode ser atribuída à questão comercial. Arendt (1983) complementa ao relatar sobre a Esfera Pública da Grécia, abordando os conceitos de polis grega. É importante notar que essa personificação da polis excluía mulheres, servos e escravizados. No contexto digital, a comunicação permite o que Han chama de *Hikikomoris*, significando literalmente “isolado de casa”. Para o filósofo, as pessoas se isolam no ambiente digital, onde podem ser tudo e, ao mesmo tempo, nada.

O *YouTube*, por sua vez, é apresentado por Silva (2022) em sua monografia, quando afirma que a plataforma:

[...] é um negócio privado e, como tal, tem finalidades lucrativas e corporativas dentro das quais qualquer vídeo disponibilizado nesta plataforma tem seus direitos ligados aos seus proprietários, isto é, a empresa gigante da internet, *Google* (Silva, 2022, p. 16).

Portanto, é evidenciado o interesse em produzir vídeos em uma plataforma milionária e, ao mesmo tempo, exercer suas compreensões de cunho político e ideológico (social e religioso), acreditando que não será rechaçado. No entanto, é importante ressaltar que a plataforma leva um tempo considerável para suspender ou banir um usuário, levando a sucessivas reincidências no âmbito das redes sociais, gerando o que Han aponta como “*Shitstormig*”, uma tempestade de baboseiras. Barros contribui para o debate sobre esses influenciadores digitais na sua nova categoria profissional de *youtubers* quando afirma que:

Entre os influenciadores, surge até mesmo uma nova profissão: a dos youtubers. Há alguns extremamente competentes e habilidosos nas suas esferas de saber ou práticas mais específicas, mas há outros que parecem ter emergido de uma pequena multidão de aventureiros virtuais sem nenhum tipo de conhecimento específico ou talento que não a capacidade de encontrar o tom certo para cativar aqueles que se inscrevem nos seus canais. Eles discutem de tudo. Sem nenhuma exigência de especialização em nutrição, anunciam regimes, sem formação científica, falam sobre física quântica e, para preocupação dos historiadores, de História. A pseudociência também encontra entre eles os seus defensores, e os tempos recentes assistiram ao surpreendente retorno daquela crença que não se via já há alguns milênios: a Terra tornou-se novamente plana para uma parcela significativa. As vacinas tornaram-se nocivas e grassam as teorias da conspiração. Bobagens impressionantes são declamadas em tons solenes (Barros, 2022, p. 79).

O teórico da História aponta uma questão que contribui significativamente para o debate. Sua compreensão destaca o que é apresentado por Han, visto que o bombardeio de informações de cunho negacionista aumentou no Brasil desde a eleição presidencial de 2018. Han ainda complementa em seu texto que quem reina como soberano na comunicação digital, é aquele que domina a grande tempestade, afirmado da seguinte forma — “é soberano quem dispõe do *Shitstormig* em rede” (Han, 2018, p. 20). Assim sendo, compreendemos haver finalidades dentro de cada narrativa, e nós, como profissionais, precisamos combater a desinformação nas redes. Não apenas porque precisamos ocupar

esses espaços, mas como um compromisso ético diante das barbaridades que tais “profissionais” atentam como “a verdadeira História”.

Uma História pelo público é, sim, possível, e sem a mediação de historiadores, pois grande parte das comunidades que escrevem e divulgam suas histórias retratam sua localidade. O perigo está em uma História espalhada na internet por aqueles que desejam provocar a negação e a revisão de aspectos historicamente comprovados, espalhando a *Shitstormig* massivamente. O objetivo é causar barulho como um enxame, como aponta Han. Apesar desses ataques à História, eles também são motivos para a escrita crítica, como Barros salienta:

Tudo oferece um vasto campo de estudo para os historiadores das mentalidades, do comportamento, da vida cotidiana, e da cultura de maneira geral. Ao mesmo tempo, o que sugere a demanda da necessidade de historiadores que cada sentes tem seu próprio campo — tomem a si a tarefa de esclarecer a sociedade sobre temas que já se pensaram fazer parte da obviedade (Barros, 2022, p. 79).

Além disso, devemos entender que não se trata de travar uma guerra na qual estamos destinados ao fracasso, mas sim de promover, e estender as discussões e debates dentro da sociedade. Isso vai além do que é programado, por exemplo, pela grande imprensa, que muitas vezes relega questões importantes a notas de rodapé em jornais. É necessário ocupar nosso papel não apenas nos novos meios de propagação de informação, mas também nos espaços tradicionais, como rádio, televisão, literatura e cinema. Conseqüentemente, reconhece-se que até para esses ambientes, com os quais negociamos o conhecimento, pode-se haver a participação do público. Desta maneira, elucida-se o nosso próximo tópico, que trabalha a diferença entre a comunicação e a divulgação em parâmetros além da História.

### **Divulgação da História**

Este pilar da História Pública está intrinsecamente ligado ao conceito de divulgação científica em sua essência primordial. É pertinente destacar que existem notáveis distinções entre a comunicação científica e a divulgação científica, particularmente no que concerne ao público-alvo no âmbito da História. O paralelo entre esses dois domínios reflete uma

apreensão do nível de proficiência e interesse do público em diferentes áreas. É imperativo ressaltar que a divulgação e a comunicação se constituem em processos distintos.

A divulgação científica, por exemplo, abrange a utilização de recursos, técnicas, processos e veículos para disseminar informações de natureza científica, tecnológica ou relacionadas às inovações ao público leigo como afirmado por Wilson Bueno (2009, p. 162). Tal abordagem visa promover uma aproximação da informação científica com as afinidades ou inquietações do público em relação aos determinados temas. No Brasil, a divulgação científica no campo histórico assume formas diversas, englobando a submissão de artigos e de livros, bem como a exploração de plataformas audiovisuais, proporcionando uma ampla gama de conteúdos e de materiais. A escolha linguística desempenha um papel crucial nesse processo, influenciando diretamente o carisma e como o pesquisador apresenta suas conclusões.

Ademais a comunicação científica engloba a utilização de meios ou canais tanto virtuais quanto presenciais, como congressos, conferências, workshops, minicursos e simpósios. Isso evidencia que essa forma de comunicação se destina especificamente a um público com formação acadêmica universitária (Bueno, 2010, grifo nosso). Nesse ínterim, o autor resalta que tal abordagem incorpora elementos como o perfil do público-alvo, o nível de discurso, a natureza dos canais ou ambientes utilizados para a transmissão e a intenção explícita subjacente a cada processo comunicativo. Portanto, é imperativo discernir o perfil do público que se almeja atingir. Assim como resalta Wilson Bueno de maneira objetiva quando diz:

A divulgação científica compreende a “[...] utilização de recursos, técnicas, processos e produtos (veículos ou canais) para a veiculação de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações ao público leigo” (Bueno, 2009, p. 162). A comunicação científica, por sua vez, diz respeito à transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento (Bueno, 2010, p. 2).

O exemplo da experiência de Ronaldo Vainfas (Carvalho, 2014, p. 174-175), ilustra como uma postagem no *Facebook* pode alcançar uma audiência maior do que inicialmente esperado, promovendo um diálogo prolongado e adaptando a linguagem para atender aos públicos online. No entanto, é crucial reconhecer que, no âmbito social, o uso do passado

por indivíduos não especializados na área histórica pode resultar em desinformação e disseminação de notícias desprovidas de embasamento.

Fagundes (2020) enfatiza o papel das produções audiovisuais e das redes sociais, ressaltando o aumento significativo, a partir de 2016, da produção de “memes” abordando questões contemporâneas. Estes utilizam a estratégia do humor para tratar de temas sensíveis na sociedade, promovendo uma interação mais direta com o público. É possível constatar que a eficácia da divulgação histórica está intrinsecamente ligada ao interesse prévio das pessoas em relação ao conteúdo apresentado, seja este um grupo de acadêmicos ou indivíduos interessados em temas pertinentes à sociedade civil.

A consolidação e ampliação desse campo de interesse são notáveis na era digital, onde a funcionalidade de “recomendado para você” (Loiola, 2019, grifo nosso), desempenha um papel significativo. Destarte, surge a concepção de “produto histórico” proposta por Carvalho e Teixeira (2019), que estabelece uma correlação entre a História Pública e as diversas formas de inserção de conteúdos e materiais históricos na sociedade. Os autores abordam uma variedade de meios para compartilhar informações históricas, abrangendo jornais, periódicos, plataformas digitais como o *YouTube* e sites. Este enfoque também contempla a discussão acerca de temas sensíveis, conforme destacado por Marta Rovai. Além das áreas previamente mencionadas, é relevante mencionar a influência dos podcasts e jogos como ferramentas de divulgação histórica, as quais têm sido amplamente discutidas no meio acadêmico.

Por conseguinte, resta a indagação: o que configura um produto de divulgação histórica? Tais produtos podem assumir diversas formas, resultando de pesquisas e intervenções na sociedade ou no meio digital, através dos quais o conhecimento adquirido é compartilhado. De forma incontestável, não se pode desconsiderar o primordial propósito delineado no início deste texto. As narrativas que visam combater a desinformação online representam uma das responsabilidades daqueles que se dedicam à divulgação de suas pesquisas. Nesse sentido, aqueles que se propõem a enfrentar abrandamentos, falsificações históricas e a aplicação de narrativas em contextos diversos empreendem uma tarefa de significativa relevância.

O campo da História Pública desempenha um papel colaborativo ao criar materiais direcionados aos públicos específicos, compreendendo a caracterização desses grupos e adotando estratégias de comunicação apropriadas. Neste contexto, estabelece-se um

padrão de entendimento, promovendo diálogos públicos nos quais se reconhece a necessidade de realizar pesquisas in loco e apresentar os resultados para harmonizar com a audiência, sem perder de vista a seriedade dos métodos científicos característicos do meio acadêmico. Dessa forma, é essencial compreender as esferas públicas e o papel desempenhado pelo historiador nesse contexto, além de provocar reflexões pertinentes sobre a atuação na web.

Em relação às práticas desenvolvidas em outros ambientes atrelados a divulgação da história, destacam-se duas experiências imersivas de História Pública (HP). A primeira ocorre no Museu do Holocausto<sup>3</sup> de Curitiba-PR, que promove ações educativas e de conscientização histórica por meio de exposições visuais que permitem aos visitantes uma imersão prática nos eventos retratados. A segunda é a Linha Preta<sup>4</sup>, organizada pelo curso de História da UFPR. Essa iniciativa também utiliza recursos visuais e outras formas narrativas compartilhadas para mediar a experiência histórica. Tais iniciativas oferecem aos participantes uma experiência sensorial e interpretativa da História, proporcionando a sensação de “estar na história” ou, pelo menos, presenciar parcialmente o processo histórico, enriquecendo a compreensão dos eventos passados por meio de uma abordagem interativa e visual.

### **Esferas Públicas**

Quando refletimos sobre a esfera pública, é importante compreendê-la não apenas como um espaço profissional, mas como um ambiente no qual estamos inseridos como indivíduos participantes da História. Cyntia Simioni França e Nara de Carvalho Cunha (2022) apresentam um exemplo interessante que ilustra a presença da esfera pública no convívio e na experiência cotidiana. O conceito de experiência, conforme Walter Benjamin (1986), fornece um ponto de partida para entender uma História com público. Embora a experiência em si não seja suficiente para justificar uma História com o público, o conceito de Autoridade Compartilhada, cunhado por Michael Frisch (2016), adiciona um novo significado. A autoridade compartilhada surge quando estamos imersos no processo, quando há uma conexão afetiva com o objeto de estudo. Laiza Suelen Barroso Campos (2021)

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes consultar informações de visitas no site: <https://www.museudoholocausto.org.br/>.

<sup>4</sup> Para mais detalhes consultar informações de visitas no site <https://linhapretacuritiba.wixsite.com/linha-preta/a-linha-preta>.

contribui para esse debate ao afirmar que a dimensão afetiva pode tanto enriquecer a compreensão do sujeito quanto complicar a interpretação, mas o compartilhamento ocorre de diversas maneiras em um nível pessoal.

Em suma, a experiência nos proporciona uma relação afetiva, seja positiva ou negativa, conforme evidenciado na abordagem dos historiadores da oralidade, que precisam negociar e ajustar suas percepções e relações com o objeto de estudo. No entanto, a autoridade compartilhada só se concretiza quando existe espaço para a experiência do sujeito humano, que incorpora emoções, reações, manifestações, arte, cultura e ações. Isso é exemplificado no primeiro capítulo da dissertação de Campos. A prática historiográfica surge quando estamos envolvidos na reflexão e na escrita, mas, no momento do contato direto com o objeto de pesquisa, não há essa mesma rigidez, até porque, é nesse momento que existe o espaço para a experiência humana de compartilhamento.

Onde está o lugar do historiador, então? Ele se manifesta na escrita, na técnica de redação, como Certeau (1982, p. 224) menciona em *A Escrita da História*. Vale a pena recordar uma frase comum em nosso contexto acadêmico: “possuímos um lugar de fala”. Isso significa que um professor que escreve sobre suas experiências em sala de aula, um indivíduo negro que compartilha suas vivências e experiências de racismo, ou um judeu que aborda as consequências do Holocausto, todos trazem consigo uma autoridade compartilhada baseada em suas experiências e afetividade.

A historiadora Marta Rovai ministrou uma palestra<sup>5</sup> na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão-PR, com o qual apresentou uma definição interessante acerca dessa afetividade, o que podemos deduzir por sua fala é “deixar ser afetado pelo processo da história o outro”.

Em outras palavras, a esfera pública na História Públicas torna-se viável quando há presença de autoridades que se compartilham, ou seja, de pessoas que detém um conhecimento a partir de suas vivências para compartilhar com outras pessoas por ser nesse momento que adentramos o campo da experiência tanto a nossa quanto a do outro, podendo dessa maneira reinterpretar as nuances do passado vivido com mais propriedade científica e dialógica.

---

<sup>5</sup> Palestra ministrada por Marta Gouveia Rovai, sob temática “História Pública: com que públicos”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aln-qKc-plA>.

Portanto, é importante destacar a eficácia das abordagens da História Pública como uma perspectiva de atuação e da análise para a elaboração de uma História mais acessível, sem simplificações, como Marta Rovai (2018) enfatiza em seu texto *Publicizar sem Simplificar*. É crucial lembrar que o processo de historiar, por meio da História Pública não se restringe a um campo teórico, mas está mais associado às perspectivas práticas de como produzir e divulgar a História do que a suas bases empíricas teóricas. Alguns profissionais da área podem deslegitimar essa perspectiva de atuação, acreditando que a História Pública em países de língua inglesa está exclusivamente ligada às questões mercadológicas.

### **O Profissional**

Neste sentido, proponho pensarmos da seguinte forma: o médico é um profissional qualificado para realizar procedimentos cirúrgicos. Para isso, utiliza uma ferramenta específica, o bisturi, um utensílio afiado e preciso. Dessa maneira, ele realiza cortes seguros em amplitude, profundidade e extensão. O médico, por sua vez, detém o conhecimento, mas é o objeto que efetua o corte. Um bisturi que não está devidamente afiado pode causar danos e até mesmo levar à morte do paciente. Assim, podemos compreender que o uso do passado em nossa era, especialmente no meio digital, possibilita o aprendizado e previne a ignorância sobre como a sociedade se organizou. Ao observarmos os discursos de políticos, notamos em algumas falas o apelo ao passado. Essa prática, de buscar legitimidade na História para suas palavras, não é recente. Sempre recorremos ao passado para validar nossos discursos.

A informação histórica na internet é como um bisturi; considerando o uso do passado para respaldar suas interpretações online, elas acabam provocando diálogos, comentários e curtidas. No entanto, ao analisarmos a situação, percebemos que muitas vezes as informações são utilizadas equivocadamente, assemelhando-se a um bisturi cego. Este bisturi pode causar danos em amplitudes e profundidades inimagináveis. Portanto, é importante destacar que este texto não enfatiza que o uso da História deve ser restrito aos historiadores. Neste viés, salientamos que a utilização da História deve considerar seu contexto e, sempre que possível, evitar abordagens ideológicas extremistas para fins de persuasão, embora reconheça que isso possa ser utópico.

Dessa forma, podemos compreender que todos nós somos potenciais públicos, e na internet, esses públicos são denominados usuários, que navegam e se relacionam em

determinados nichos. Byung-Chul Han (2018) se refere a esses nichos como “bolhas”, comunidades de interação social nas quais atuamos, ou mais precisamente, consumimos conteúdo. Para enfrentar de maneira eficaz o problema da desinformação, é fundamental educar minimamente a sociedade a questionar as informações que circulam em rede. O historiador, por sua vez, não detém o monopólio sobre a História, mas pode desempenhar o papel de mediador nos debates acerca do consumo de informações históricas, promovendo uma reflexão crítica sobre os conteúdos consumidos.

Em consonância com isso, observamos o profissionalismo dentro desses ambientes, uma vez que estamos íntimos às diversas ações da sociedade em que vivemos. O historiador, como apresentado por Dumoulin (2017) na perspectiva da História Pública, reformulou suas atividades, integrando-as com diversos segmentos da sociedade. Neste texto, apresentamos o historiador envolvido diretamente na esfera pública, no meio digital e na experiência que ele vivencia para produzir História. Ao refletirmos sobre o papel que a História desempenha na vida das pessoas, compreendemos que, por mais diversificado que seja nosso conhecimento, há algo que nos conecta, algo que nos dá sentido, que nos torna parte de uma comunidade ou família. A expressão popular “nós temos História” refere-se à História privada, que engloba a vida das pessoas na sociedade e confere sentido de pertencimento.

Rüsen (2001, p. 33) escreveu uma frase que provoca reflexões amplas: “Sem existirem fontes não se pode reconhecer um passado que faça sentido como História”. Em outras palavras, sem contato com as fontes, o historiador não consegue produzir uma História que faça sentido para a sociedade. Como afirmou Marc Bloch (2002), que “a História é a ciência dos homens no tempo”, e é a partir disso que o profissional escreve História. Sem ter contato com o que o homem produziu, é impossível criar uma História que faça sentido para a sociedade. Certeau aponta algo interessante sobre essa percepção: “Quando se toma, para o prático, o próprio objeto de sua reflexão, pode ele inverter o processo de compreensão que refere um produto a um lugar?”. Neste sentido, o autor nos indica que o fazer historiográfico é uma operação que envolve prática e escrita. Dessa forma, podemos compreender todos esses pontos do texto como a prática do historiador e, no âmbito profissional, como a escrita dessa História.

Portanto, percebemos que a História Pública é um campo de atuação, uma maneira de fazer História envolvendo os participantes desse grande palco das grandes Histórias. No contexto brasileiro, observamos uma forte influência das mídias digitais e das experiências

da sociedade, que foram desconsideradas pela colonização. Os holofotes deste palco, neste modo de fazer e compartilhar História, estão totalmente voltados para os públicos que muitas vezes são esquecidos.

### **Considerações finais**

A História Pública, como uma abordagem e/ou perspectiva de estudo, proporciona uma plataforma para a interação entre o conhecimento histórico e a sociedade contemporânea. Ela se destaca não apenas por ser um domínio de pesquisa acadêmica, mas também por sua capacidade de alcançar um público mais amplo do que o habitual na academia. O historiador, nesse contexto, desempenha um papel crucial ao conectar o passado ao presente. Sua presença e contribuição direta tem um impacto significativo na vida das pessoas, pois, ele atua como um mediador entre os eventos históricos e a compreensão da atualidade. Através da escrita e da divulgação, o historiador não apenas documenta o passado, mas também o traduz de maneira acessível para diversos públicos.

Os diversos públicos que mencionamos são relativizados e pensados de forma distinta, pois existem diferenças entre o que entendemos como públicos, usuários, consumidores e audiências. Cada um desses termos representa objetos distintos dentro do estudo da História Pública. Portanto, não podemos considerar tudo como sendo semelhantes, mas precisamos entender como nos posicionar e explorar as potencialidades que, como historiadores, lidamos com esses diferentes meios e abordagens.

Ao adentrarmos o mundo digital, percebemos que a dinâmica da História Pública não é substancialmente diferente. A era digital nos envolve em uma rede complexa de informações, aplicativos e tecnologias que moldam nossa interação com o mundo. Nesse cenário, a importância do historiador como “mediador”, intérprete e narrador de eventos históricos se destaca ainda mais, pois ele tem a responsabilidade e as ferramentas necessárias para fornecer um contexto sólido e significativo para as informações que encontramos online.

Dessa forma, a atuação dos novos historiadores, transcendem o âmbito acadêmico, alcançando o cerne da experiência humana. Sendo este um agente vital na construção de pontes entre o passado e o presente, conectando-nos à nossa própria História. Neste contexto digital, a sua função torna-se ainda mais crucial; ele ajuda a desvendar a

complexidade das informações disponíveis, proporcionando um entendimento mais profundo e significativo das narrativas históricas.

Moldar o que entendemos como opinião pública sobre a própria percepção de História Pública (HP) ainda é um processo longo e desafiador. Nesse sentido, observa-se que muitos historiadores, tanto docentes recém-formados quanto migrantes digitais, têm se aventurado em compartilhar seus saberes, especialmente por meio de plataformas audiovisuais, como o *YouTube*, e de áudio, como os *podcasts*. No entanto, ainda é necessário promover uma cultura de imersão que explique o papel e a identidade do historiador na sociedade contemporânea. Dessa forma, a promulgação da lei em 2019, trouxe maior liberdade de atuação para os historiadores, mas agora precisamos refletir sobre os meios e caminhos para ocupar os espaços já existentes. Como salientado no artigo *Existe um mercado de trabalho para o historiador?*, de Bruno Fagundes *et al.* (2021), publicado no livro *História Pública em Movimento*, é fundamental explorar novas oportunidades e nichos no mercado para os profissionais de história, ampliando sua presença e influência no debate público.

## Referências

ARENDDT, Hannah. *As esferas pública e privada. A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983, p. 59-83.

BARROS, José D'Assunção. *História digital: A historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Editora Vozes, São Paulo, 2022.

BENJAMIN, Walter. *Experiência e pobreza. Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad. Paulo Sérgio Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOVO, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. História Pública e virtualidade: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 16, p. 113-134, 2019.

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, v. 15, n. 1 esp., p. 1-12, 2010.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. Unesp, São Paulo, 2001.

CAMPOS, Laiza Suelen Barroso. *Benedita e Manoel: memórias do fenômeno migratório (Nordeste e Sul)*. 139f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública– Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2020.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de, TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História Pública e divulgação de História*. Letra e Voz, São Paulo, 2019.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A Operação Historiográfica, A escrita da História*, 1982, p. 56-106.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, 1991.

DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Autêntica, Belo Horizonte, 2017.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela História nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 39-65, 2019.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra. Conhecimento histórico do historiador e outros conhecimentos históricos. *Revista Canoa do Tempo*, v. 12, n. 01, p. 39-65, 2020.

FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; SARAIVA, Daniel; MUYLAERT, Juliana; CASTRO, Lara de; HERMETO, Mirian. Existe um mercado de trabalho para o historiador? In: Juniele Rabelo de Almeida; Rogério Rosa Rodrigues. (Org.). *História pública em movimento*. 1ed. São Paulo: Letra e Voz, 2021, v. 1, p. 7-224.

FRANÇA, Cyntia Simioni. CUNHA, Nara de Carvalho. Experiências limiars: produção de conhecimento histórico-educacional pelo viés da História Pública. In: FAGUNDES, Bruno Flávio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastián Vargas. *Ensino de História e História Pública*, Editora FECILCAM, 2022, p.124-137. Disponível em: <https://campomourao.unespar.edu.br/editora/obras-digitais/ensino-de-historia-e-historia-publica>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de a Shared Authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabelo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 57-69.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Entre pantallas. Nuevos escenarios y roles comunicativos de sus audiencias-usuarios. In: *Pensar lo contemporáneo: de la cultura situada a la convergencia tecnológica*. Anthropos, Ciudad de México, 2009. p. 287-296.

GRANADO, Helena Ragusa. Influenciadores digitais, base comum curricular e os impactos no ensino de História do nazismo alemão: narrativas em disputas. In: MAIA, Paulo Roberto de Azevedo; RAMOS, Márcia Elisa Teté. *Linguagens e narrativas históricas na sala de aula*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2022, p. 69-92.

HABERMAS, Jürgen. *Historia y crítica de la opinión pública. La transformación estructural de la vida pública*. Barcelona. 198;

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta G. de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LOIOLA, Daniel Felipe Emergente. *Recomendado Para Você: o impacto do algoritmo do YouTube na formação de bolhas*. 166 f. Dissertação (Mestrado em comunicação), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 135-154, 2017.

MANTECÓN, Ana Rosas. O que é o público? *Revista Poiésis*, v. 10, n. 14, p. 173-213, Rio de Janeiro, 2009.

ROVAI, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, Juniele R. de; MENESES, Sonia (org.). *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Editora Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2001.

SILVA, Daniel Ferreira da. *O papel do historiador em meio ao universo digital do YouTube: quanto valem as interações?* 2022. 57 f. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG. Disponível em: [https://biblioteca.sophia.com.br/5362/index.asp?codigo\\_sophia=27602](https://biblioteca.sophia.com.br/5362/index.asp?codigo_sophia=27602). Acesso em: 26 abril de 2024.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria—ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WOLTON, Dominique. Para el público. In: DAYAN, Daniel (Comp.). *En busca del público. Recepción, televisión, medios*, p. 9-12, 1997.

### **Conteúdo digital:**

LABORATÓRIO DE ENSINO DE HISTÓRIA. (LEHIS). *LIVE- História pública: com que públicos?* Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Aln-qKc-PLA>>. Acesso em: 17 out. 2024.

MUSEU DO HOLOCAUSTO – *Primeiro Museu do Holocausto no Brasil, voltado a lembrar as vítimas e alertar as novas gerações sobre os perigos do ódio, da intolerância e do Racismo.*  
Disponível em: <<https://www.museudoholocausto.org.br/>>.

UFPR, Projeto de extensão universitária: *LINHA PRETA*, Disponível em:  
<https://linhapretacuritiba.wixsite.com/linha-preta/a-linha-preta>.